



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681208 - RS (2021/0225333-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : KAROLAINÉ MOURA FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAROLAINÉ MOURA FREITAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5076999-64.2021.8.21.7000).

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante, em 28/4/2021, e foi-lhe concedida liberdade provisória em 30/4/2021, mediante monitoramento eletrônico.

Aduz a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, que denegou a ordem no HC impetrado pela defesa e manteve a revogação da medida cautelar diversa da prisão e decretou a prisão preventiva da paciente

O acórdão impugnado traz a seguinte ementa (fl. 69):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO DOMICILIAR CONCEDIDA MEDIANTE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO EM RAZÃO DA INFORMAÇÃO DE QUE O EQUIPAMENTO PERMANECERU DESCARREGADO DESDE 04/05/2021. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. DIANTE DO DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES ESTIPULADAS NA DECISÃO QUE CONCEDE A PRISÃO DOMICILIAR, O JUÍZO DA ORIGEM PODE REVOGAR A MEDIDA CAUTELAR NOS TERMOS DO ART. 282, § 4º, DO CPP, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA A PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DA DEFESA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM

PÚBLICA. MANUTENÇÃO. DEVE SER MANTIDA A PRISÃO PREVENTIVA QUANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO DEMONSTRAM A PROBABILIDADE DE A PACIENTE, SENDO SOLTA, VOLTAR ATRAFICAR, FUNDAMENTANDO-SE A SEGREGAÇÃO EXCEPCIONAL NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PREVALÊNCIA DO DIREITO PÚBLICO SOBRE O DIREITO INDIVIDUAL. A NECESSIDADE DE RESGUARDAR A SEGURANÇA COLETIVA SE SOBREPÕE À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, QUE NÃO SÃO VIOLADOS PELA PRISÃO PREVENTIVA. PREDICADOS PESSOAIS. INSUFICIÊNCIA PARA ENSEJAR SOLTURA. PRISÃO DOMICILIAR. ENQUADRAMENTO DO CASO NO ART. 318-A DO CPP. INDEFERIMENTO. O PRINCÍPIO DA RESERVA CONSTITUCIONAL DE JURISDIÇÃO DETERMINA QUE APENAS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS PODEM DECIDIR SOBRE DETERMINADAS MATÉRIAS, DENTRE AS QUAIS A PRISÃO PREVENTIVA (ART. 5º, LXI, DA CF/88); E A SUPREMACIA DOS DIREITOS COLETIVOS SOBRE OS DIREITOS INDIVIDUAIS, IGUALMENTE CONTEMPLADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZA A RELATIVIZAÇÃO E ATÉ MITIGAÇÃO DESSES ÚLTIMOS, QUANDO COMPROVADA SUA NECESSIDADE PARA ASSEGURAR AQUELES. ASSIM, É LÍCITA A INAPLICABILIDADE DO ART. 318-A DO CPP, NOS CASOS EM QUE O JULGADOR ENTENDER, MOTIVAMENTE, QUE A NORMA NELE CIRCUNSCRITA SE REVELA INADEQUADA, OU INEFETIVA, PARA GARANTIR A SEGURANÇA COLETIVA. CASO CONCRETO EM QUE A PACIENTE APARENTEMENTE TEM ÍNTIMO ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO DEDROGAS - NOTADAMENTE EM RAZÃO DA VARIEDADE E QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS -, CONCLUINDO-SE QUE A CONSTRIÇÃO NO CÁRCERE É MEDIDA IMPOSITIVA. RECOMENDAÇÃO DO CNJ. PANDEMIA DA COVID-19. SE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO NÃO RECOMENDAM A SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR, MUITO MENOS A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA, DEVE SER MANTIDO O DECRETO PREVENTIVO, CUJA LEGALIDADE E NECESSIDADE FORAM DEVIDAMENTE DECLARADAS NA PRESENTE DECISÃO, POIS A SEGURANÇA COLETIVA NÃO É VALOR QUE POSSA SER DESCONSIDERADO, MESMO NO CENÁRIO TUAL. ORDEM DENEGADA.

Alega, em síntese, a desproporcionalidade da medida diante dos fatos, mesmo porque a paciente não fora procurada em sua residência para esclarecer o ocorrido, tampouco a defesa foi comunicada. Pugna pela manutenção da prisão domiciliar em razão do atual cenário da pandemia de covid-19, devendo-se observar o que determina o Conselho Nacional de Justiça na Recomendação n. 62. Por fim, sustenta ainda que é mãe de uma filha menor de 12 anos e que o delito a ela imputado não envolve violência nem grave ameaça.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que o acórdão impugnado seja cassado e concedido à paciente o direito à prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente